

Moção

Por mais e melhor oferta de alojamento estudantil

Considerando que:

1 – Há em Portugal, pelo menos, 120 mil alunos universitários deslocados da sua terra natal, a que se soma o crescente número de estudantes estrangeiros nas faculdades nacionais (mais do que duplicaram de 7% em 2011 para 15% em 2020);

2 – Na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso para o ano lectivo 2022-2023, que decorreu entre 25 de julho e 8 de agosto de 2022, foram colocados 49.806 novos estudantes no ensino superior público, o segundo maior número desde 1989;

3 - Não há alojamento suficiente para todos estes estudantes do ensino superior: Segundo os dados da imobiliária *Cushman & Wakefield*, divulgados em Agosto de 2022, a oferta em Portugal é pouco superior a 23 mil camas, entre residências públicas (aproximadamente cerca de 68% da oferta nacional), privadas (30%) e de instituições religiosas (2%), quase a necessidade estimada pela consultora para as cidades de Lisboa e do Porto;

4 – Esta situação de carência é particularmente grave na cidade de Lisboa, onde, de acordo com o Observatório do Alojamento Estudantil, publicado pela Direção Geral do Ensino Superior, há apenas 839 anúncios de quartos para estudantes do ensino superior com um preço médio de 381 euros;

5 - A frequência do Ensino Superior reflete-se numa enorme pressão sobre os orçamentos familiares e, se a oferta de alojamento disponível era já incomportável para muitas famílias, essa dificuldade acentuou-se com o agravamento das dificuldades económicas devido, sobretudo, ao impacto da inflação sobre os rendimentos das famílias, pondo em risco o aproveitamento escolar dos estudantes bem como a conclusão dos seus estudos;

6 -A igualdade de oportunidades no acesso e frequência do Ensino é um direito constitucional, cuja garantia deve ser assegurada pelo Estado, através dos mais diversos mecanismos de acção social.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 27 de setembro de 2022, exorte o Governo a que:

AML
ENT/2396/AML/22
15/09/2022 18:46:43
2136/AML/22

Nilton Henri

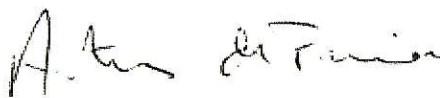
- 1) Acelere a execução do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) aprovado em 2018 e a executar até Junho de 2026;
- 2) Estude a atribuição de benefícios fiscais para quem arrenda quartos a estudantes bolseiros e deslocados;
- 3) Aumente, em sede de IRS, o montante máximo de dedução à colecta em despesas de educação dos dependentes na qualidade de estudantes deslocados;
- 4) Incremente os protocolos com unidades de alojamento local;
- 5) Melhore a qualidade dos equipamentos na rede de residências universitárias.

Mais delibera ainda:

- 6) Remeter a presente Moção ao Ministério da Educação, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à Federação Académica de Lisboa e à Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Politécnico.

Lisboa, 27 de setembro de 2022

O Deputado Municipal do Partido da Terra – MPT



- José Inácio Faria -